



Epistemologias situadas e engajadas no Sul: ações coletivas latino-americanas e novas propostas éticas e epistêmicas¹

Márcia M. Tait Lima²

Leda Gitahy³

Esta apresentação pretende compartilhar indagações e percursos de pesquisa que surgem do trabalho de articulação de vertentes teóricas e propostas ético-epistêmicas de ações coletivas em curso na América Latina. Essas reflexões fazem parte de pesquisas, ainda e fase de elaboração,⁴ e também são fruto de experiência pedagógica recente na pós-graduação. No mesmo período que iniciava as pesquisas de pós-doutorado comecei a ministrar a disciplina “Epistemologias situadas e engajadas - corpos, contextos e políticas na produção de conhecimentos e futuros possíveis” junto ao Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (MDCC/UNICAMP). O curso foi pensado como uma possibilidade de criar um espaço para pensar e elaborar coletivamente questões estudadas durante o pós-doutorado.

¹ Trabalho apresentado no GT 15: A linguagem da existência: lutas sociais e produção partilhada do conhecimento em audiovisual.

² Márcia Maria Tait Lima, Doutora e Pós-doutoranda em Política Científica e Tecnológica, professora do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (Lajor-Unicamp) e pesquisadora do GT Agroecologia (IEA-USP) marcia.tait@gmail.com.

³ Leda Gitahy, Professora Titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica (UNICAMP) leda@ige.unicamp.br.

⁴ As pesquisas de pós-doutorado estão sendo desenvolvidas seguindo dois percursos complementares. Um deles percorre autores/autoras da Filosofia da Ciência e Tecnologia e abordagens feministas sobre o conhecimento, parte da pesquisa desenvolvida junto ao Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo com apoio de pesquisadores do Grupo de Pesquisa Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia e acompanhamento do filósofo Hugh Lacey. O segundo advém dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, especificamente de vertentes descoloniais e feministas está sendo aprofundada com o pós-doutorado em andamento junto ao Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp com supervisão da socióloga Leda Gitahy e financiamento do Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD/CAPES).



O termo situado refere-se, principalmente, a perspectivas feministas sobre geração de conhecimento parcial, mas também a produção de ações coletivas latino-americanas. O termo engajado é utilizado como forma de instigar a proliferação de conhecimentos, que reconheçam como política e eticamente comprometidos, e apoia-se em abordagens sobre a descolonização do conhecimento, pluralidade metodológica e nas ações-reflexões de movimentos de mulheres indígenas e camponesas pela emancipação/autonomia e defesa de seus territórios. Os dois adjetivos, que acompanham a palavra epistemologia no plural, são trazidos para provocar rupturas com a noção de epistemologia e ciência únicas e permitir a discussão do gênero, raça, etnia, sul-norte.

O programa da disciplina foi concebido a partir de seis eixos temáticos estruturantes: “Ciência, tecnociência e teorias críticas”; “Descolonizando o pensamento e as ciências”; “Movimento social como produtores de conhecimento e agentes de mudança”, “Ciência, conhecimentos e feminismo relações/transformações”; “Olhares feministas na relação Humano-Natureza”; e “Epistemologias Feministas, Movimentos Sociais e Buen Vivir”. A linha condutora do programa foi à reflexão sobre aspectos culturais (construção social do gênero, raça/etnia) e novas possibilidades de elaborações sobre “produção/reprodução”, “sustentabilidade da vida” e relação humano-natureza.

As leituras conduziram um percurso por abordagens e conceitos de diferentes “origens” de forma “transdisciplinar” (buscando um certo multiculturalismo?) a partir das epistemologias feministas, ciências política e própria (Fals Borda), epistemologias da do Sul (Sousa Santos), descolonização do poder e do saber. Parte da proposta da disciplina foi trabalhar com as potências destas noções e abordagens teóricas em diálogo com discursos e teorias que emergem de algumas ações coletivas para (re) pensar a produção do conhecimento, dando continuidade a um trabalho iniciado durante a pesquisa de doutorado⁵. A proposta da intervenção neste Congresso é a de apresentar algumas

⁵ A pesquisa de doutorado foi publicada em livro em 2015 “Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos” (<http://www.librum.com.br/elasdizemnao/info/>), premiado (Prêmio Marcel Roche para Jovens Pesquisadores) pela Associação Latino-Americana de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia em 2016.



reflexões teóricas que se apresentaram neste processo híbrido docência/pesquisas, apresentando algumas questões iniciais, reflexões/provocações a partir da revisão bibliográfica e discussão em aula.

Epistemologias feministas e propostas de ações coletivas na América Latina

Os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT) sublinharam a influência dos “atores sociais,” do contexto social e das visões de mundo na construção das teorias e tecnologias. As abordagens desenvolvidas a partir da década de 70 são descritas como um momento de “virada interpretativa” que colocou a ciência e as tecnologias como construções sociais e culturais, questionamento o status universal da ciência e sua função na estruturação de poderes e desigualdades (Monteiro, 2012). Nas três últimas décadas os ESCT produziram contribuições importantes para renovar as abordagens construtivistas da ciência e tecnologia. Também contribuíram para pensar as formas de ir além do construtivismo com distintas abordagens, entre as mais importantes: a etnográfica, a crítica de base marxista e a feminista, chamada de Estudos Feministas da Ciência e Tecnologia (EFCT) ou Estudos de Ciência, Tecnologia e Gênero (CTG). Segundo Monteiro (2012), os Estudos feministas da Ciência e Tecnologia: “foram pioneiros em abordar a tecnologia e sua relação com corpos, processos biológicos e relações de poder; e uma leva crescente de autores interessados em práticas ligadas à genômica e outras biotecnologias emergentes” (MONTEIRO, 2012: 143). Os EFCT também se destacam pela capacidade de elaborar teorias que consideram a inserção do próprio pesquisador e pesquisadora no âmbito da produção de conhecimento e a articulação entre pensamento científico e ação política. Segundo Evelyn Fox Keller, “a mudança social que o feminismo produziu, forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, de ver as coisas mais comuns, abriu novos espaços cognitivos” (KELLER, 2006: 30). O feminismo, segundo algumas autoras, sempre foi uma epistemologia capaz de “compatibilizar análises metacientíficas com compromissos sociopolíticos”, assumindo uma “epistemologia socialmente comprometida” (GARCÍA, 1999: 50-51).



O Stand Point Feminism, trabalha com o reconhecimento de que todo conhecimento é um conhecimento situado, ou seja, parte de um contexto de geração e de pressupostos que deveriam integrar de forma explícita a própria análise. Os conhecimentos situados, saberes localizados ou perspectiva parcial, compõem uma proposta epistemológica de localização, de consideração da parcialidade do conhecimento. Segundo Donna Haraway (1995), toda a produção de conhecimento implicaria em reconhecer um ponto de partida (locus), um local de origem que se relacionada com o exercício da produção e o que será produzido. A ideia deste locus não significa para autora uma filiação, no sentido de que para falar de uma questão que concerne a um grupo específico você precisaria ser parte deste grupo, mas que toda teoria parte de uma motivação, de experiências, conexões e reflexões particulares.

O interessante desta proposta teórico-metodológica, em autoras como Donna Haraway e Sandra Harding, é que não evoca uma perda da objetividade como tal, pelo contrário, a “objetividade forte” feminista considera que tornar presentes no momento da pesquisa os múltiplos aspectos que a constituem, tornaria este tipo de ciência mais objetiva e não menos. Fazendo um paralelo com Boaventura Santos, este autor também coloca que o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo não significa negar a objetividade ou racionalidade como componentes centrais de várias formas de conhecimento, claramente do científico; ou mesmo adotar uma perspectiva relativista de que todos os conhecimentos seriam igualmente aplicáveis em todos os momentos.

Situar o conhecimento parece particularmente interessante para pensar junto com os diferentes movimentos sociais indígenas e camponeses na América Latina por sublinhar as questões relativas à colonialidade do saber-poder, fazendo uma crítica à pretensão de universalização dentro do próprio feminismo. No entanto, persiste o desafio conceitual de entender a prática e os discursos de comunidades, coletivos de mulheres e coletivos étnicos, sem utilizar discursos relativistas ou noções essencializantes de tradição e cultura, ou seja, se faz necessária uma intensa “ginástica mental”, principalmente quando se pensa na formulação de políticas públicas (SEGATO, 2011).



Crise e (r) existências – questões sobre natureza, valores éticos e epistêmicos

Pelo menos desde a década de 60, um conjunto não desprezível de especialistas em diversas áreas (antropólogos, ambientalistas, economistas, filósofos, etc.) e de movimentos sociais (ambientalistas, feministas, pacifistas, camponeses, etc.) apontam os aspectos destrutivos da nossa racionalidade instrumental e nossa separação e relação e (não) ética ou empática em relação à natureza.

Atualmente já viveríamos em plena “crise socioambiental”. Uma crise complexa e tecnocientífica, como nossas sociedades atuais, que possui dimensões éticas e epistêmicas nem sempre, ou quase nunca, explicitadas.

Buscávamos que fossem reconhecidos os múltiplos e gravíssimos ataques aos processos vitais, assim como as diferenças estruturais de um sistema predador. Falávamos de **crise civilizatória**, não porque o sistema se vá desmoronar amanhã (pensamos em marcos temporais amplos), e sim, porque atravessava todas as crises estruturais (políticas, sociais, econômicas, culturais e nacionais), e porque a **crise** afetava as **construções éticas e epistemológicas** mais básicas (**crise de sentido** em torno da própria compreensão de nossa vida).” (Amaia Orozco 2014: 6, grifos meus).

A *sustentabilidade da vida* é colocada por teorias feministas não antropocêntricas, como sublinha Amaia Pérez Orozco (2014: 26) num marco de *buenos vivires* (termos usados pela autora) que matem o princípio da universalidade frente a prerrogativa de direito a vida não precária e de singularidade no que se refere a diversidade de culturas e individuais.

No campo da filosofia da ciência, filósofos como Lacey (2009) e Ramos (2014) ajudam a entender como a crise socioambiental atual se relaciona com aspectos da própria *racionalidade* (entendida como capacidade de agir de forma racional, inteligente e responsável frente às contingências e motivações) da ciência. Parece existir uma marcada desconexão entre os procedimentos científicos e os contextos sociais ou com o “mundo da vida”; ou entre a produção tecnocientífica e os valores necessários para sustentar uma “existência humana legítima” (RAMOS, 2014:722). Esta separação trouxe implicações negativas para os indivíduos - falta de sentido, ansiedade, exposição a altos graus de competitividade e pressão - que se reproduzem nas coletividades humanas em maior ou



menor grau. Ainda no campo das contribuições filosóficas e feministas, Vandana Shiva há mais de 20 anos vem contribuindo com uma crítica aos reducionismos científicos como base cognitiva do “mau desenvolvimento”, entendido por ela como um conjunto de processos de violação da integridade dos sistemas orgânicos interconectados, processos que geram exploração, desigualdade e violência, afetando principalmente as populações do Sul e as mulheres (SHIVA, 1995).

A crítica à tecnociência – ou, como denominada por Lacey (2014b), “tecnociência comercialmente orientada” e por Dagnino (2008) como “tecnociência capitalista” - parte do entendimento de que a produção tecnocientífica atual tem incorporado predominantemente os valores de controle, produtividade e competitividade próprios do âmbito econômico/monetizado. Os conhecimentos tecnocientíficos produzidos por métodos e abordagens reducionistas, nos termos de Shiva, e descontextualizadas, nos termos de Lacey, podem constituir-se como parte dos mecanismos “socialmente aceitos” de violência contra a natureza, seres humanos e a própria integridade da vida. Esta violência não se circunscreve somente à redução da biodiversidade ou à degradação dos ecossistemas, mas também a processos de redução de culturas, conhecimentos e processos geradores de epistemologias, o que Boaventura de Sousa Santos chamou de “epistemicídios”.

Em seus trabalhos em torno das “epistemologias do Sul” Santos (2009) refere-se aos saberes produzidos na periferia do sistema capitalista global ou em locais distantes do epicentro da globalização econômica neoliberal. Trata-se de uma noção próxima à de descolonização ou colonialidade, que não se restringe a uma designação geográfica do Sul global ou ex-colônias, mas a uma forma de pensamento e de ação sobre o mundo predominantemente modernizante e eurocentrada. A “proliferação de epistemologias do Sul” seria fundamental para reverter os processos de aniquilamento de epistemologias de povos e de comunidades fora deste eixo “modernizado” que operam por meio de mecanismos de “saber-poder” nas esferas econômica, cultural e de produção de conhecimento.



Algumas ações coletivas populares latino-americanas, que se identificam com a cultura indígena e camponesa, trazem contribuições epistêmicas e éticas importantes para pensar caminhos alternativos à crise socioambiental ou mesmo um “novo paradigma civilizatório”. Os coletivos de mulheres sublinham a nocividade da distinção estabelecida entre produção/reprodução, colocando a “sustentabilidade da vida” como o eixo central das sociedades humanas e a urgência de promover a universalização da ética do cuidado num duplo sentido, como prática de homens e mulheres e como estendida à natureza, ao comunitário e aos bens comuns.

No entanto, o pensamento produzido pelas ações coletivas indígenas, campesinas e de mulheres - refiro-me aqui, por exemplo, a coletivos como Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indigenas (Chile); *Mulheres e Agroecologia em Rede* e Movimentos de Mulheres Campesinas (Brasil); Articulación Nacional de Mujeres Tejiendo Fuerzas por el Buen Vivir (Guatemala); *Colectivo de Mujeres del Chaco Americano* (Argentina, Paraguai, Bolívia, Brasil), entre outros - são “transformadas em ausentes”, desperdiçadas em relações assimétricas e predatórias entre os conhecimentos (“epistemicídios”). Por isto, trabalhar com os horizontes de “proliferação” de epistemologias do Sul, com várias possibilidades de propiciar e provocar a “hibridização” e “traduções” não epistemicidas, parece um procedimento dos mais fundamentais para novas trajetórias, formas e conteúdos, novas categorias no âmbito da ciência, que tenham poder político emancipatório. Procedimentos que permitam “alargar as ciências”, num outro sentido de “universal,” para além do ocidental e do Norte, que sabe do Sul apenas como local de insumos para sua produção tecnocientífica e mercado consumidor. O Sul que conhece e se reconhece como um local de produção de *epistemologias políticas ontologicamente significativas* (ainda que sempre sujeitas à reflexibilidade crítica), portanto, de caminhos e sentidos emancipatórios e orientados por noções de humano-natureza que “jamais foram modernas”, como os feminismos descoloniais e comunitários e buenos vivires.



Referências bibliográficas

ACOSTA, A. *Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Autonomia Literária e Editora, 2016.

OLIVEIRA, M. B. *Ciência: força produtiva ou mercadoria?* *Revista Crítica Marxista* nº 21, pp. 77-96, 2005.

GARCÍA, M.I.G. *El estudio social de la ciencia en clave feminista: género y sociología del conocimiento científico*. In: Barral, M.J; Magallón C. M; Sanchez M. D. (edts). *Interacciones Ciencia y género*. Barcelona: Icaria Editorial, 1999.

DAGNINO, R. P. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

FARAH I. H. e VASAPOLLO L. (cord.) *Vivir Bien: Paradigma no capitalista?* La Paz: CIDES/UMSA, 2011.

HARAWAY, D. *Saberes localizados: a questão da ciência para o Feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu*, número 5, pp. 7-41, 1995.

KELLER, E. F. *Qual foi o impacto do feminismo na ciência?* *Cadernos Pagu*, número 27, pp. 13-34, 2006.

LACEY. H. Entrevista de Flávia Dourado publicada no site do Instituto de Estudos Avançados da USP. “O modelo de Hugh Lacey para a análise da relação entre valores e atividade científica”, publicada em 28/08/2014, disponível em <http://www.iea.usp.br/noticias/entrevista-hughlacey>.

LACEY. H. *Tecnociência comercialmente orientada ou investigação multiestratégica*. *Scientia Studia*, São Paulo, v.12, n.4, p.669-695, 2014b.

MONTEIRO, M. S. A. “Reconsiderando a etnografia da ciência e da tecnologia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 27 nº 79 junho, 2012.

OROZCO PÉREZ, A. *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

RAMOS, M. C. *A ideia de racionalidade subjacente ao modelo de interações entre ciência e valores: florescimento cognitivo, humano e da vida*, *Scientia Studia*, São Paulo, v.12, n.4, p.711-726, 2014.

SANTOS, B. de Sousa. *A Gramática do Tempo*. São Paulo: Cortez. [1ª ed.], 2006.

SANTOS, B. de Sousa. *Una epistemología del Sur*. México: Clacso, 2009.

SEDEÑO, E. P. *Feminismo y Estudios de Ciencia Tecnología y Sociedad: nuevos retos, nuevas soluciones*. Em Barral, M.J; Magallón C. M; Sanchez M. D. (edts). *Interacciones Ciencia y género*. Barcelona: Icaria Editorial, 1999.



SEGATO, R. *Feminismo y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Acción Feministas Editora, 2011.

SHIVA, V. *Abrazar la vida*. Madrid. Horas y Horas Editorial, 1995.